

ACTA N.º 08/2011 – Reunião de 19 de Outubro de 2011

- 1 -----**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**-----
2 -----**REUNIÃO DO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2011**-----
3 -----**ACTA NÚMERO OITO / DOIS MIL E ONZE**-----
4 -----**COMPOSIÇÃO DA MESA:**-----
5 - **Presidente** – João Carlos Barreiras Duarte;-----
6 - **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício;-----
7 - **Segundo Secretário** – Vanda Ferreira Nunes Laura.-----
8 -----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores:-----
9 - João Carlos Barreiras Duarte;-----
10 - Luis Manuel Biscaia Almeida;-----
11 - Virgílio Paulo Silva;-----
12 - Cristina Martins Henriques;-----
13 - António Fernando Lopes;-----
14 - Vanda Ferreira Nunes Laura;-----
15 - Marcos José Vicente Proença;-----
16 - Luis Manuel Surrador Rego;-----
17 - M.^a Los Angeles Vinuesa Peña Oliveira;-----
18 - Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício;-----
19 - Maria Fernanda Faria Abreu Silva Mateus;-----
20 - Anabela Martins Sá;-----
21 - Carlos Fernando Faria Duarte;-----
22 - Carlos Manuel Maximiano Batista;-----
23 - Pedro José Oliveira Rebelo Ângelo;-----
24 - Pedro Miguel Dias Lourenço;-----
25 - Maria da Graça Romão Jesus Rua;-----
26 - Alberto Carlos Nascimento Ferreira;-----
27 - Ivo Gonçalo Rodrigues Faustino;-----
28 - Luis Francisco Campos Silva;-----
29 - Armando Salvador Maia da Fonseca;-----
30 - Luis José Coelho Pereira Bernardino;-----
31 - João Manuel Gomes Mendonça;-----
32 - M.^a Norberta Ponte Ferreira Santos;-----
33 - Nuno Diogo Fernandes Bernardino;-----
34 - Joaquim Marcos Rodrigues Henriques.-----
35 -----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores:-----
36 - Presidente da Câmara Municipal José Manuel Gonçalves Vieira;-----
37 - Vice-Presidente da Câmara Joana Isabel Pina Patuleia Figueiras;-----
38 - Vereador Nuno Manuel Mota Silva;-----
39 - Vereador Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins;-----
40 - Vereador José Victor Ribeiro da Silva;-----
41 - Vereadora Lúcia Maria Silva Poseiro;-----
42 - Vereadora Maria Arminda Oliveira Sousa;-----
43 - Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos Cidália Maria Pancrácio Santos;

ACTA N.º 08/2011 – Reunião de 19 de Outubro de 2011

44 - Chefe da Divisão Financeira Regina Paula Jesus Aires; -----
45 - Assistente Técnico Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. -----
46 -----Pelas 21:36 horas o senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia
47 Municipal, declarou a sessão aberta. -----
48 -----**PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE**
49 **PASSAGEM:** Foi presente a seguinte proposta da Câmara Municipal: “Considerando
50 que: A Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, mais conhecida pela Lei das
51 Telecomunicações Electrónicas, veio estabelecer que os direitos e encargos relativos à
52 implantação, à passagem e ao atravessamento de sistemas, equipamentos e demais
53 recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas
54 acessíveis ao público, em local fixo dos domínios público e privados municipais podem
55 dar origem ao estabelecimento de uma taxa Municipal de Direitos de passagem
56 (TMDP); A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada
57 factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações
58 electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do
59 correspondente município; Esse percentual é aprovado anualmente por cada Município
60 até ao final do mês de Dezembro do ano anterior a que se destine a vigência, não
61 podendo ultrapassar 0,25%. Assim, nos termos do n.º 2 do artigo 106.º da Lei 5/2004,
62 de 10 de Fevereiro conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de
63 Maio e atento aos factos acima expostos, a Câmara Municipal deliberou em reunião do
64 dia 19 de Setembro solicitar à Assembleia Municipal autorização para o lançamento da
65 Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2012. Mais proponho, que a
66 taxa seja fixada em 0,25%.” -----
67 -----O senhor Presidente da Câmara disse que se mantém a proposta
68 apresentada o ano passado apontando-se para uma taxa de 0,25. Com um orçamento
69 tão apertado e uma situação financeira tão difícil é natural apresentarem uma proposta
70 que aponta para a manutenção. Duvida que alguém aponte para uma taxa inferior ou
71 qualquer outra situação. -----
72 -----O senhor Carlos Baptista (PS) referiu que como o senhor Presidente da
73 Câmara disse este é um assunto breve porque se fala do não aumento do valor, mas
74 pelos valores envolvidos não valia a pena grandes aumentos. Se fosse mais baixo era a
75 mesma coisa porque a receita será à volta de 700 euros. Achem que este encargos
76 para os municípios é desnecessário porque não traz mais valia nenhuma e devia ser um
77 custo suportado pelos operadores. -----
78 -----A senhora D. M.^a Los Angeles (CDU) considerou que anualmente gostam de
79 recordar estas coisas. Considerou que a nível de impostos este é o que tem um peso
80 mais imoral porque se cobra até aos proprietários dos terrenos onde estão os postes e
81 fios. Tem também um montante irrisório. Considerou que a formiga do deputado da
82 Assembleia da República tem seguidores nesta Câmara Municipal. A Câmara Municipal
83 entende que os municípios do Bombarral devem ficar aliviados até de alguns cêntimos.
84 -----O senhor Presidente da Câmara respondendo ao senhor Carlos Baptista
85 disse que a receita arrecadada até ao momento é de € 1614,33. São migalhas mas
86 lembrou que migalhas também são pão. Com um orçamento tão apertado como referiu,

ACTA N.º 08/2011 – Reunião de 19 de Outubro de 2011

87 todas as migalhas são necessárias para fazer pão que neste caso é progresso. A
88 Câmara Municipal precisa de ter meios para fazer obras e socorrer as necessidades
89 dos nossos munícipes. Relativamente à intervenção da D. M.^a Los Angeles disse que
90 este é o imposto menos imoral por ser pouco significativo, mas constitui uma verba que
91 poderá ajudar a ocorrer a qualquer situação. O Bombarral a exemplo da grande parte
92 dos Municípios não abdica desta taxa. -----
93 -----PRESENÇAS: Pelas 21:44 horas compareceu na sessão o senhor
94 Presidente da Assembleia Municipal que passou a presidir à sessão a partir deste
95 momento. -----
96 -----Foi deliberado por maioria com 16 votos a favor (14 do PSD e 2 do CDS) e
97 10 votos contra (8 do PS e 2 da CDU) conceder autorização para o lançamento da Taxa
98 Municipal de Direitos de Passagem em 0,25% para o ano de 2012. -----
99 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----
100 -----**PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO DE 2012:**
101 Foi presente a seguinte proposta da Câmara Municipal: “O artigo 14.º da Lei n.º 2/2007,
102 de 15 de Janeiro, prevê que as Câmaras Municipais possam lançar anualmente uma
103 Derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de
104 Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), que corresponda à
105 proporção do rendimento gerado na sua área geográfica, por sujeitos passivos
106 residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de
107 natureza comercial, industrial ou agrícola, e por não residentes com estabelecimento
108 estável nesse território. A actual Lei das Finanças Locais retirou do seu texto normativo
109 o n.º 2 do artigo 18.º da Lei das Finanças Locais revogada (Lei n.º 42/98, de 6 de
110 Agosto), no qual se previa que a derrama poderia ser lançada para reforçar a
111 capacidade financeira, ou no âmbito da celebração de contratos de equilíbrio financeiro.
112 Não obstante, e tendo em conta a necessidade de aproveitamento de todas as fontes
113 de receita, por forma a dar corpo à estratégia de desenvolvimento económico que a
114 Autarquia de Bombarral almeja implementar, nomeadamente a realização de
115 investimentos municipais de vital importância e em curso, a Autarquia pretende lançar
116 uma taxa anual de derrama. ASSIM: A Câmara Municipal de Bombarral deliberou, nos
117 termos do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, solicitar à Assembleia
118 Municipal a aprovação do lançamento de uma Derrama de: 1% sobre o lucro tributável
119 sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), a
120 liquidar no ano de 2012, para os sujeitos passivos com um volume de negócio no ano
121 anterior que ultrapasse os € 150 000,00 (cento e cinquenta mil euros). 0,5% sobre o
122 lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas
123 Colectivas (IRC), a liquidar no ano de 2012, para os sujeitos passivos com um volume
124 de negócio no ano anterior que não ultrapasse os € 150 000,00 (cento e cinquenta mil
125 euros).” -----
126 -----A senhora D. Anabela Sá (PS) disse que mais um ano e mais uma vez
127 trazem mais um imposto para os munícipes do Bombarral, pelo que manifestou o seu
128 desagrado. Não percebem o porquê do Município apostar na derrama. O que diz na
129 proposta é que é para dar corpo à estratégia de desenvolvimento económico que a

ACTA N.º 08/2011 – Reunião de 19 de Outubro de 2011

130 Autarquia de Bombarral almeja implementar. Disse já ser o segundo ano que pergunta
131 que estratégia é essa porque até agora o senhor Presidente da Câmara não apresentou
132 nenhuma. Numa altura em que está tudo mal com as empresas a fechar e a despedir
133 pessoas, a Câmara Municipal devia ser a primeira a dar apoio às empresas do
134 concelho, mas está a aumentar os sacrifícios das empresas, criando menos
135 atractividade em relação aos concelhos vizinhos. Compete à Câmara ser criativa e
136 encontrar novos meios de sustentabilidade diminuir os custos internos e promover o
137 emprego. A Câmara deve ajudar a fixar pessoas no concelho e que as mesmas fiquem
138 cá a trabalhar. Voltou a perguntar qual a estratégia que têm. Antes de vir para esta
139 sessão foi tomar café e numa mesa estava um grupo de jovens que perguntava como
140 se arranjava emprego no Bombarral e se havia empresas abertas, tendo-lhes sido
141 respondido que não e que o melhor era saírem do concelho. É mais uma coisa que faz
142 com que demonstrem o seu desagrado. -----

143 -----O senhor Carlos Baptista (PS) disse continuar a pensar que relativamente a
144 esta proposta os pressupostos são iguais aos do ponto anterior. No Bombarral não há
145 um número significativo de empresas com um volume de negócios superior a €
146 150.000. o senhor Presidente da Câmara disse que há necessidade de aproveitar todas
147 as fontes de receita para a Câmara Municipal dar corpo á estratégia que almeja mas
148 que não consegue implementar. São duas propostas dignas de um concelho com 30 ou
149 40 anos de atraso. -----

150 -----A senhora D. M.^a Los Angeles (CDU) lembrou que já desde há muitos anos
151 que os vários executivos PSD têm feito sempre o lançamento da derrama justificando
152 que esta é a melhor opção, o que contestaram durante muito tempo. Quando a lei
153 obrigava a determinar o destino da receita tinham muitas dificuldades em aceitar as
154 justificações e votavam contra. Desde há alguns anos passaram a aceitar que o
155 Municipio não pretendia alterar a forma de ver a situação e que entendia que a forma de
156 revitalizar o tecido empresarial era lançando a derrama. Hoje viu que Caldas da Rainha
157 vai prescindir do lançamento da derrama. Aceitam o lançamento da derrama tendo em
158 conta que só as empresas com lucros irão pagar, o que serão poucas. Embora pensem
159 que esta não é uma forma de revitalizar o tecido empresarial não os choca o
160 lançamento da derrama. -----

161 -----O senhor Pedro Ângelo (CDS) disse que para quem anda todos os dias no
162 terreno, que tem de produzir e trabalhar para pagar ordenados e para que as empresas
163 tenham condições de sobrevivência, é pena que o senhor Presidente da Câmara use o
164 argumento mais fácil. O senhor Presidente da Câmara está confortável porque este é
165 um ponto que vai ser aprovado. Disse que cada vez mais as empresas têm de reduzir
166 custos, nomeadamente os quadros de pessoal, coisa que o senhor Presidente da
167 Câmara não tem de fazer. Considerou triste este argumento do senhor Presidente da
168 Câmara quando tem muito pouco para oferecer a estas empresas. As empresas que
169 poderão vir a pagar esta derrama questionar-se-ão sobre o que é que o Municipio do
170 Bombarral tem feito por elas. E este é o ónus que este Municipio terá de suportar. É
171 pena que a Câmara Municipal do Bombarral não dê o exemplo. O que tem faltado a
172 uma Câmara Municipal que tem de aplicar este tipo de medidas é dar o exemplo, e este

ACTA N.º 08/2011 – Reunião de 19 de Outubro de 2011

173 executivo ainda não o fez. Num ano de dificuldades as empresas vão reduzir os lucros
174 porque não há consumo, pelo que é pena que seja este o incentivo que esta Câmara
175 Municipal lhes vai dar.-----

176 -----O senhor Presidente da Câmara, em resposta à senhora D. Anabela Sá,
177 perguntou se por acaso foi esta Câmara ou ele quem esteve no governo do país nos
178 últimos seis anos. Considerou que deveria ter entrado na conversa e dito que podiam
179 agradecer aos seis anos de governação socialista. Lembrou que já noutros anos
180 isentaram de derrama e não foi por isso que houve mais investimentos. Este é um
181 imposto aplicável ao lucro tributável das empresas. Se tivesse uma empresa gostaria de
182 pagar muito ao Município pelo lucro que tivesse. A Câmara Municipal está a convidar os
183 empresários a participarem activamente no desenvolvimento do concelho. Sobre a
184 intervenção do senhor Carlos Baptista disse que a receita da derrama foi de cerca de €
185 75.000. Disse que o que a Câmara Municipal almeja não depende só desta receita, mas
186 concorda que esta taxa é injusta perguntando se não são todas as taxas injustas. O
187 ideal era estarmos num mundo onde não houvesse taxas mas para que a sociedade
188 sobreviva são necessárias estas taxas. Referiu que a Lourinhã, concelho socialista,
189 cobra 1% em todos os escalões e Torres Vedras, também socialista, cobra 1,5% que é
190 a taxa máxima, mas esses exemplos não ouviu aqui. No tocante à intervenção da D.
191 M.^a Los Angeles referiu que em Sobral de Monte Agraço, concelho da CDU, se aplica
192 uma taxa de 1,5% aos lucros superiores a € 150.000 e 1% nos lucros inferiores a €
193 150.000. Não está a criticar os seus amigos Presidentes de Câmara mas sim para que
194 percebam que as coisas acontecem assim nos concelhos que têm necessidades. Não
195 estão a fazer diferente de outros Municípios independentemente dos partidos que os
196 gerem. Ao senhor Pedro Ângelo disse que lamenta mas não consegue dar um exemplo
197 positivo de um Município do CDS porque não encontrou. O lucro não precisa de
198 incentivo, o que precisa de incentivo são as pessoas. -----

199 -----O senhor Carlos Baptista (PS) lamentou que o senhor Presidente da Câmara
200 continue a ir buscar exemplos que não vêm para o caso. Pensava que era uma
201 proposta de derrapagem depois é que leu que era de derrama. É fraco em números e o
202 senhor Presidente da Câmara tem obrigação de ser melhor porque no seu emprego
203 anterior lidava com números. Disse que o senhor Presidente da Câmara fica sempre
204 incomodado com quem tem ideias diferentes. Considerou que o senhor Presidente da
205 Câmara deu exemplos avulsos mas esqueceu-se dos contextos. Se nos anos em que
206 não se cobrou derrama não se atraiu ninguém é porque não se fez mais nada para que
207 tal suceda. -----

208 -----A senhora D. Anabela Sá (PS) lamentou a resposta do senhor Presidente da
209 Câmara sobre a situação que comentou aqui e com a qual tinha ficado triste e a única
210 coisa que ouviu é que a culpa era do governo anterior. A pergunta que fez é que
211 estratégia tem o senhor Presidente da Câmara para aplicar a receita da derrama.
212 Considerou que não se deve aplicar este dinheiro para equilibrar as finanças da
213 autarquia mas sim numa estratégia para apoiar as empresas e os munícipes. Deve
214 haver uma estratégia de intervenção que reduza os custos e que não sacrifique sempre
215 os mesmos. Se não houver lucro não há investimento nem estratégia local.-----

ACTA N.º 08/2011 – Reunião de 19 de Outubro de 2011

216 -----O senhor Pedro Ângelo (CDS) disse que o senhor Presidente da Câmara
217 reduziu a sua intervenção a um pormenor, com seguramente muita pouca cultura
218 autarquica. De certeza que nos trezentos e muitos municípios, encontraá uma Câmara
219 do CDS. Não é fácil as empresas darem lucro e para isso tem de haver muito trabalho,
220 e esse depende das pessoas. O senhor Presidente da Câmara deve ter o cuidado de
221 ver quais as empresas a quem está a cobrar derrama e ver o que tem feito por elas. O
222 senhor Presidente da Câmara pode manter o pirilampo a brilhar mas não vai durar
223 muito. Numa altura de crise, o lucro das empresas será sempre reduzido. O senhor
224 Presidente da Câmara tem de pensar que os empresários arriscam e investem, fazem
225 trabalhos e não recebem, mesmo quando trabalham para o seu município, e mesmo
226 dessa forma têm de ter lucro, para apresentarem resultados e não terem de fechar as
227 empresas. Era mais fácil não aplicar a derrama para haver argumentos para os
228 empresários investirem. O grande problema desta crise é um problema de confiança. O
229 dinheiro existe, as pessoas é que não o investem. As empresas estão a pagar os
230 empréstimos que contraíram mas os bancos não estão a injectar dinheiro na economia.
231 O passado serve para aprendermos com os erros e o senhor Presidente da Câmara
232 não ouviu na sua primeira intervenção que temos todos que dar o exemplo, e o
233 Município está a dar um mau exemplo.-----

234 -----O senhor Presidente da Câmara, em resposta ao senhor Carlos Baptista,
235 disse que apenas referiu que Torres Vedras tem a derrama mais alta porque precisa da
236 receita. Quanto á intervenção da D. Anabela Sá lembrou que a Câmara Municipal
237 construiu o pólo II e as infra-estruturas respectivas e teve que as pagar. Perguntou se a
238 D. Anabela Sá sabe que as empresas transformam os lucros em dividendos pelo que
239 não será muito pedir que transfiram uma parte desses lucros para apoio ao Município.
240 Esta receita é precisa para aumentar a empregabilidade. Perguntou se sabem quem vai
241 pagar as infra-estruturas para a FGP e a Hospiarte se instalarem, dizendo que vai ser o
242 Município com o dinheiro que pretende arrecadar.-----

243 -----Foi deliberado por maioria com 16 votos a favor (14 do PSD e 2 da CDU) e
244 10 votos contra (8 do PS e 2 do CDS) aprovar o lançamento de uma Derrama de: 1%
245 sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas
246 Colectivas (IRC), a liquidar no ano de 2012, para os sujeitos passivos com um volume
247 de negócio no ano anterior que ultrapasse os € 150.000,00 (cento e cinquenta mil
248 euros). 0,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o
249 Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), a liquidar no ano de 2012, para os sujeitos
250 passivos com um volume de negócio no ano anterior que não ultrapasse os € 150
251 000,00 (cento e cinquenta mil euros).-----

252 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----

253 -----**PROPOSTA DE FIXAÇÃO PARA O ANO DE 2012 DAS TAXAS DE**
254 **IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS:** Foi presente a seguinte proposta da Câmara
255 Municipal: “Considerando a entrada em vigor, em 13 de Novembro de 2003, do CIMI –
256 Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/03, de
257 12 de Novembro, que no seu artigo 112.º estipula que as deliberações da Assembleia
258 Municipal devem ser comunicadas até 30 de Novembro à Direcção-Geral dos Impostos;

ACTA N.º 08/2011 – Reunião de 19 de Outubro de 2011

259 Considerando ainda o disposto no n.º 1 do artigo 112.º, alíneas a), b) e c), e nos n.º s 4
260 e 7 do mesmo artigo, do CIMI, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/03, de 12 de
261 Novembro; PROPÕE-SE QUE SEJAM FIXADAS PARA O ANO 2012 AS SEGUINTE TAXAS: a)
262 Prédios rústicos – 0,8% b) Prédios urbanos – 0,7%; c) Prédios urbanos avaliados nos
263 termos do CIMI – 0,4%; d) Prédio degradado – agravar (majorar) em 30% taxa aplicável
264 a prédios urbanos degradados.”-----
265 -----O senhor Fernando Lopes (PS) perguntou se a Câmara Municipal forneceu a
266 lista de prédios degradados às finanças, qual a justificação para os prédios avaliados no
267 âmbito do CIMI passarem de 0,35% para 0,40% e qual a percentagem do edificado do
268 Bombarral que está abrangido pelo CIMI. Referiu que na Nazaré se baixaram as taxas e
269 enquanto o Bombarral fica com 5% do IRS a Nazaré fica apenas com 2,5% e Caldas da
270 Rainha também baixou as taxas. Perguntou porque é que não se fomenta o
271 arrendamento dos prédios devolutos baixando o IMI: -----
272 -----A senhora D. M.^a Los Angeles (CDU) disse que temos um aumento das taxas
273 na altura em que os munícipes perdem poder económico, em que aumenta o número
274 de incumprimentos junto da banca que já é considerável e vai disparar. Se as pessoas
275 não têm dinheiro para pagar as casas quanto mais para pagar o IMI. Este aumento
276 pode ser a gota de água para levar muitas famílias a não cumprir. Quanto aos prédios
277 avaliados no âmbito do CIMI lembrou que os mesmos foram avaliados com coeficientes
278 muito altos ficando com valores superiores ao seu valor real. Também aqui as receitas
279 e resultados não serão os pretendidos. Neste país, hoje como ontem, na sequência das
280 políticas do PS, PSD e CDS resolvem-se as coisas da economia aumentando impostos,
281 subtraindo rendimentos e aumentando o desemprego. O resultado disto é que nem se
282 resolve o deficit nem se desenvolve a economia. Como se vê nos livros esta receita
283 aumenta a recessão e o ciclo vicioso da crise. Esta estratégia do Municipio não só não
284 vai resolver o deficit como duvida que aumente as receitas porque haverá cada vez
285 mais munícipes a não pagar o IMI ou o imposto de circulação. As pessoas sabem cavar
286 vinhas e não dinheiro, mas com estas políticas só cavando dinheiro. Vai ser um erro
287 crasso este aumento que não só não resolve os problemas como agrava a situação de
288 muitos bombarralenses. -----
289 -----O senhor Presidente da Câmara disse que a proposta vai de encontro aos
290 valores praticados em toda a região. Propor taxas mais baixas quando se prevê a
291 redução das transferências da administração central é cavar a sepultura do Municipio.
292 Considerou esta receita indispensável. Disse pensar que a Nazaré ainda não foi
293 decretada como paraíso fiscal. Não estamos iguais à Nazaré mas sim à maioria dos
294 Municípios. Sabem que há uma enorme dificuldade d aparte dos proprietários em
295 comporem o património danificado e em ruínas no concelho. Vamos ver se sem
296 penalizar os proprietários se consegue um entendimento. No caso do prédio da Rua
297 Infante D. Henrique irá haver uma vistoria e depois será elaborado um relatório.-----
298 -----O senhor Pedro Ângelo (CDS) disse estarmos perante um exemplo do mais
299 imoral que há. O senhor Presidente da Câmara defende uns índices de taxas de IMI
300 que não só são agravadas, como as justifica por ir receber menos receita do Estado, e
301 aqui está um claro mau exemplo deste Municipio. Se o Governo vai reduzir as

ACTA N.º 08/2011 – Reunião de 19 de Outubro de 2011

302 transferências por que não tem dinheiro e porque a economia não tem evoluído como
303 se esperava, o senhor Presidente da Câmara dá o exemplo de mau aluno quando para
304 manter o nível da despesa aumenta as taxas aos munícipes, e agora não são só as
305 empresas que dão lucro, mas sim todos os munícipes. É pena o senhor Presidente da
306 Câmara não fazer o exercício prático de ver quais os prédios que vão ver o IMI
307 agravado ou quais os imóveis que vão deixar de ter isenção. É estranho que este
308 Município não tenha tido a visão de que as finanças vão aumentar os valores de
309 avaliação dos imóveis e neste contexto as pessoas que já não têm condições de pagar
310 os empréstimos, com este aumento vão ser mais prejudicadas. É estranho não terem
311 tido esta visão.-----

312 -----O senhor Fernando Lopes (PS) disse que o senhor Presidente da Câmara
313 não respondeu às questões que colocou. Questionou há quantos anos o senhor
314 Presidente da Câmara promete a lista dos prédios degradados para as finanças. -----

315 -----O senhor Presidente da Câmara disse que só gostam dos exemplos quando
316 são contra si. Relativamente ao IMI para 2012 disse que no que toca aos prédios
317 urbanos o Bombarral, Sobral de Monte Agraço, Azambuja, Cadaval, Lourinhã, Alcanena
318 e Torres Vedras aplicam a taxa de 0,7 % e apenas Óbidos aplica 0,65. Nos prédios
319 rústicos todos os Municípios que referiu aplicam a taxa de 0,8 %. Nos prédios urbanos
320 avaliados todos estes Municípios aplicam a taxa de 0,4, excepto a Lourinhã que aplica
321 0,36 %. Nos prédios degradados estes 8 Municípios aplicam um agravamento de 30%.
322 Perante isto perguntou se estão muito longe da realidade. Respondendo ao senhor
323 Fernando Lopes informou que na 1.ª fase temos 11 imóveis degradados, dos quais 10
324 foram demolidos. Na 2.ª fase são 24 imóveis na vila, estando o a decorrer o prazo para
325 os proprietários demolirem ou reconstruírem. Nas sedes das freguesias estão a
326 identificar os proprietários havendo já um levantamento de quase 60 imóveis. Na 3.ª
327 fase vão entrar todas as aldeias o nível 2 e na 4.ª fase as aldeias de nível 3.
328 Reconheceu que ainda não conseguiram finalizar todas as etapas. Não está ca há
329 muitos anos mas tem vindo a desenvolver este trabalho que está em efectivação, mas é
330 uma situação muito complicada. -----

331 -----O senhor Pedro Ângelo (CDS) considerou que o mal deste país tem sido o
332 facto de querermos ser iguais, quando não devemos, nem podemos. Pouco lhe
333 interessa o que o Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Caldas da Rainha fazem. O
334 que lhe interessa é o que fazem pelos munícipes do Bombarral. Só aumentar taxas e
335 não fazer a redução da despesa é que é grave. Ainda não viram criar incentivos para o
336 comércio tradicional, por exemplo, isentando de IMI os proprietários das lojas. Há dois
337 anos que anda a falar disso e ainda não ouviu uma palavra nesse sentido. Tem pena
338 que a única preocupação seja aumentar a receita. Considerou que seria importante que
339 a Câmara Municipal preocupasse com o património degradado da própria autarquia.
340 Disse que lhe parece que a ponte sobre o Rio Real, nos Baraçais, não está em boas
341 condições, mas não se vê lá indicação nenhuma.-----

342 -----O senhor Carlos Duarte (PSD) disse que tem ouvido falar muito nos prédios
343 devolutos pelo que perguntou se o senhor Presidente da Câmara ou algum deputado

ACTA N.º 08/2011 – Reunião de 19 de Outubro de 2011

344 municipal poderá ser responsabilizado por pessoas que os habitam sem pagar renda.
345 Considerou que falam muito mas não dizem nada. -----
346 -----O senhor Presidente da Câmara disse ter ficado claro que o senhor Pedro
347 Ângelo vai votar favoravelmente. Concorde com a responsabilidade que a Câmara
348 Municipal deve ter sobre o que é seu. Agradeceu a informação sobre a ponte dos
349 Baraçais porque é a primeira vez que tem contacto com esta situação. -----
350 -----A senhora Presidente da Junta de Freguesia da Roliça em relação á ponte
351 dos Baraçais informou que a Junta de Freguesia já enviou um ofício á Câmara
352 Municipal e o senhor vereador Nuno Mota já visitou o local e está ao corrente da
353 situação. Infelizmente não é só a ponte sobre o Rio real mas sim as três pontes que dão
354 acesso aos Baraçais que estão em estado degradado. -----
355 -----O senhor Carlos Baptista (PS) disse que o senhor Presidente da Câmara
356 hoje está muito voltado para as comparações. Considerou que não pode ir à internet
357 dos 305 Municípios do país e escolher alguns com taxas iguais, porque é muito
358 diferente a realidade dos vários concelhos. As taxas podem ser iguais mas também
359 pode haver compensações e incentivos e há índices municipais a ter em conta. Quando
360 fazem estas observações não é utilizar comparações quando dá jeito. Lembrou que é o
361 senhor Presidente da Câmara quem mais tem falado em comparações. Não podem
362 falar de forma avulsa porque em relação ás taxas existem outras situações. -----
363 -----O senhor Presidente da Câmara disse que este imposto foi criado para os
364 municípios que têm a possibilidade de o cobrar.-----
365 -----Foi deliberado por maioria com 14 votos a favor (14 do PSD) e 12 votos
366 contra (8 do PS, 2 do CDS e 2 da CDU) aprovar a fixação para o ano de 2012 das
367 seguintes taxas: a) Prédios rústicos – 0,8% b) Prédios urbanos – 0,7%; c) Prédios
368 urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,4%; d) Prédio degradado – agravar (majorar)
369 em 30% taxa aplicável a prédios urbanos degradados.-----
370 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzi efeitos imediatos. ----
371 -----**REGULAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS**
372 **ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE**
373 **SERVIÇOS:** -----
374 -----O senhor Fernando Lopes (PS) disse ser com satisfação que vê a adaptação
375 de um regulamento à nova legislação, mas é com perplexidade que vê situações
376 ridículas. Disse que isto é uma proposta e não um projecto. Considerou uma
377 redundância o n.º 1 do artigo 3.º. Mais ridículo é o n.º 6 do artigo 4.º que remete para
378 zonas marítimas e aéreas. No artigo 5.º fala-se no plural quando se menciona os
379 mercados municipais que só existe um. O artigo 6.º não tem nada de excepção porque
380 a redacção é de uma regra geral. No n.º 2 do artigo 7.º devia-se remeter-se para o
381 artigo 6.º e não para o artigo 4.º. Sobre o n.º 1 do artigo 9.º questionou se o requerente
382 não tem direito a audição, considerando o n.º 3 deste artigo uma aberração jurídica. No
383 n.º 5 do artigo 12.º repete-se o n.º 1 do artigo 13.º. No n.º 1 do artigo 14.º disse não
384 saber como se conjugam os conceitos de cassação e restrição. No n.º 2 do artigo 16.º
385 disse não ver como é que num regulamento destes se enquadra a tentativa. Disse que

ACTA N.º 08/2011 – Reunião de 19 de Outubro de 2011

386 este regulamento é necessário mas em bom rigor devia ser corrigido porque tem erros
387 graves. -----

388 -----O senhor Marcos Proença (PS) disse haver uma lacuna que foi possível pelo
389 facto da Associação Comercial estar inactiva. O comércio tradicional vai manter o
390 encerramento aos sábados às 13:00 horas e aos domingos, mas na época de Natal
391 costuma estar aberto aos sábados á tarde. Neste regulamento isso pode fazer-se
392 mediante requerimento mas seria bom manter essa possibilidade em regulamento. -----

393 -----A senhora D. M.^a Los Angeles (CDU) disse que tinha entendido que todo o
394 comércio estava incluído no âmbito do n.º 1 do artigo 4.º. Perguntou se o horário aberto
395 das 6 às 24 horas se aplica a todo o comércio. O que espera é que este regulamento
396 funcione, pelo menos nos moldes estabelecidos, melhor do que o regimento da
397 Assembleia Municipal que diz que as sessões são preferencialmente à sexta-feira mas
398 que afinal são às quintas e às quartas-feiras. -----

399 -----O senhor Carlos Baptista (PS) disse querer fazer a defesa do senhor
400 Presidente da Câmara porque houve críticas muito pesadas. Disse haver um ponto em
401 que o senhor Presidente da Câmara tem razão que é o dos espaços marítimos a pensar
402 já na expansão do concelho pois com o desaparecimento de algumas freguesias o
403 concelho ficará muito maior. Quanto aos terminais aéreos é a pensar no parque
404 temático que vai ter torres bastante altas. -----

405 -----O senhor Presidente da Câmara lembrou que este documento deriva de
406 imposição legal, considerando que as opiniões do senhor Fernando Lopes contrariam
407 as de quem legislou porque este regulamento foi elaborado com base em minuta
408 regulamentar. Sobre o ser um projecto ou uma proposta disse tratar-se de um
409 entendimento pessoal do senhor Fernando Lopes. Para si continua a ser projecto até
410 ser aprovado. Quanto à intervenção do senhor Marcos Proença disse que o horário de
411 Natal vai funcionar bem e tudo pode ser ultrapassado. Este regulamento esteve em
412 discussão pública pelo que todos puderam dar contributos. Lembrou que este
413 regulamento foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara. -----

414 -----A senhora Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos disse não
415 haver restrição à abertura pois o comércio pode abrir todos os dias da semana das 6 às
416 24 horas. Neste momento há requerimentos mas a partir de Maio de 2012 deve tudo ser
417 feito numa plataforma deixando de haver requerimentos. -----

418 -----O senhor Luis Campos (PSD) referiu que é dito que foram ouvidas várias
419 instituições mas apenas veio o parecer da DECO, pelo que perguntou porque não
420 aparecem os pareceres das outras entidades, nomeadamente da Associação
421 Comercial. Quanto ao n.º 3 do artigo 4.º considerou que se deveria utilizar a língua
422 portuguesa e não estrangeirismos. -----

423 -----O senhor Fernando Lopes (PS) referiu que o n.º 2 da lei 169/99 refere que é
424 proposta e não projecto. Disse que as minutas são apenas uma redacção em bruto
425 daquilo que vai ser o regulamento e têm que ser adaptadas concelho a concelho. -----

426 -----O senhor Presidente da Câmara disse que a Associação Comercial não foi
427 ouvida porque neste momento é ele quem tem a chave das instalações e um maço de
428 correio. Informou estar em curso uma convocatória para uma reunião com alguns

ACTA N.º 08/2011 – Reunião de 19 de Outubro de 2011

429 comerciantes para servirem de testemunhas ao acto de abertura da correspondência. A
430 Câmara Municipal vai propor a reabertura da Associação Comercial com gestão própria
431 ou em acordo com a ACIRO. Tem conhecimento da abertura de candidaturas no âmbito
432 do QREN e do POPH para esta área. Sobre as designações em estrangeirismos
433 informou que são as que constam da lei. -----

434 -----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo congratulou-se
435 com a posição da Câmara Municipal no que diz respeito à disponibilidade junto da
436 Associação Comercial mas lembra que há uma direcção e uma assembleia
437 legitimamente eleitas pelo que não deverá ser o senhor Presidente da Câmara a ter as
438 chaves das instalações da associação. Os convites a comerciantes interessados em
439 participar devem ser feitos em edital. Quanto à ACIRO pensa que é uma boa solução
440 que o Cadaval já seguiu e que o senhor Mário reis bem domina, mas não será
441 descabido que dentro do comércio do Bombarral se encontrem pessoas que queiram
442 encetar novamente esta associação. O problema da associação são as contas e
443 ninguém quer assumir os números. -----

444 -----O senhor Marcos Proença (PS) disse que foi ele quem entregou a chave ao
445 senhor Presidente da Câmara por vontade expressa de elementos da anterior direcção.

446 -----O senhor Presidente da Câmara disse que a assembleia da Associação
447 Comercial será concertada chamada neste processo. Os convites têm de facto de ser
448 feitos de forma mais oficial. -----

449 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar o regulamento dos
450 horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação
451 de serviços.-----

452 -----Nada mais havendo a tratar, pelas 23:40 horas, foi a reunião encerrada e
453 lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, será assinada pela
454 Presidente da Mesa e pelos dois Secretários.-----

455

456 O Presidente:

457

458 O 1.º Secretário:

459

460 O 2.º Secretário:

461

462

463